

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva dos colegas do ensino fundamental¹

Juliane Cristiane Toffoli²

jutoffoli@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó


Prof^a. Dr^a. Tania Mara Zancanaro Pieczkowski³

taniazp@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

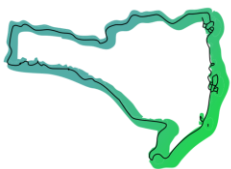
RESUMO. A educação inclusiva no Brasil tem por objetivo primordial garantir o acesso e permanência de todos os estudantes na escola. Considerando um recorte da educação inclusiva, temos a educação especial, que nos mostra que cada vez mais, temos no ambiente escolar, a presença de crianças com várias especificidades, dentre essas, as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escola tem papel fundamental na vida das crianças com TEA, assim como para qualquer outra criança, pois é nesse ambiente que ocorrem as interações entre crianças da mesma idade. A escola é, depois da família, o primeiro local de maior socialização das crianças, é onde ocorrem os primeiros desafios para que os estudantes possam conhecer a si mesmos e aprender com o outro. Este trabalho está relacionado ao projeto de pesquisa para a elaboração da dissertação de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. O estudo se insere na Linha de Pesquisa Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva e no Grupo de Pesquisa Diversidades, educação

¹ Bolsa de estudo: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq) - 

² Graduada em Ciências Biológicas – Licenciatura Plena pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ (2009); Especialista em Diagnóstico Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ (2012); Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI (2016). Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Atualmente atua na função de técnica do setor de Desenvolvimento Humano da Coordenadoria Regional de Educação de Seara, na rede estadual de ensino de Santa Catarina. Integrante do Grupo de Pesquisa Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Especialista em Educação Especial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Especialista em Docência na Educação Superior pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Graduada em Pedagogia pela Fundeste. Professora, pesquisadora e atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Unochapecó. Integrante da Linha de Pesquisa Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva. Líder do Grupo de Pesquisa Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq – 2.



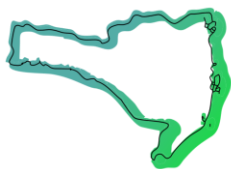
II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



inclusiva e práticas educativas. Apresenta como tema “A criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na percepção dos colegas do ensino fundamental”. A partir desta temática surge o seguinte problema de pesquisa: Como crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) incluídas no ensino fundamental são percebidas pelos colegas de turma? O objetivo geral da pesquisa é analisar como crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) incluídas no ensino fundamental são percebidas pelos colegas de turma. Do objetivo geral derivam os seguintes objetivos específicos: aprofundar a compreensão acerca de especificidades de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA; identificar como acontece a relação entre estudantes nas turmas em que estão incluídas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA); analisar o que dizem/manifestam os colegas na convivência escolar com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa é de abordagem qualitativa. Analisará materialidades empíricas geradas na relação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus colegas de turma escolar. As materialidades empíricas serão geradas por meio de observações e *Rodas de Conversa*, seguindo um roteiro pré-estabelecido. As materialidades serão analisadas por meio da análise de práticas inspirada nos referenciais foucaultianos, na perspectiva pós-estruturalista. Os participantes da pesquisa serão as crianças com TEA e os seus colegas, matriculados em turmas do ensino fundamental em uma escola da rede estadual do município de Seara (SC). Como destacam Meyer e Paraíso (2014, p. 28) “a pesquisa tem o papel de nos tirar da paralisia do que já foi significado, nos enche de desejo de mover, encontrar uma saída, estabelecer um outro modo de pensar, pesquisar, escrever, significar e divulgar a educação”. Pesquisar sobre os processos de inclusão não se refere apenas às pessoas que apresentam alguma deficiência, vai muito além, se refere a todo tipo de diferença que pode ser encontrado na sociedade. Incluir significa oportunizar a participação efetiva em determinado grupo, ambiente, escola ou sala de aula. Assim, a inclusão está prevista como um direito humano e faz parte do cenário da escola. Porém, segundo Veiga-Neto e Lopes (2007), as políticas de inclusão, como estão sendo formuladas e executadas no Brasil, parecem ignorar a diferença. Essas políticas consideram a diferença como diversidade, assim, defendem a inclusão do diferente, mas entendem esse diferente como “um exótico, um portador de algo que os outros, normais, não possuem” (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 949). Dessa forma, essas políticas podem estar contribuindo para uma inclusão que mais exclui do que inclui. Assim, “reforçam as noções de normalidade e anormalidade, de fazer proliferar e de disseminar as normas e os correlatos saberes especializados, e, até mesmo, de gerar exclusão” (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 949). Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 955-956), amparados em noções foucaultianas, salientam que “[...] é dito normal aquele que é capaz de amoldar-se ao modelo e, inversamente, o anormal é aquele que não se enquadra ao modelo”. Assim, a sociedade estabelece suas próprias normas e modos de viver e tudo que se encaixa no estabelecido é dito normal e o que não se encaixa é dito anormal. Da mesma forma, a escola também estabelece modelos, por meio de currículos fixos e comuns, de regras estabelecidas e de padrões previstos. Os professores são convocados a seguir os documentos oficiais para elaboração de seus planejamentos, e os estudantes são avaliados pelos índices numéricos que expressam em notas o quanto cada um aprendeu. Assim, é dito normal aquele que consegue alcançar os objetivos propostos e, anormal aquele que precisa de uma atenção especial, flexibilização curricular ou atendimento individualizado.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Ensino Fundamental.

ABSTRACT. Inclusive education in Brazil has the primary objective of ensuring access and permanence of all students at school. Considering an inclusive education section, we have special education, which shows us that we increasingly have, in the school environment, the presence of children with various specificities, among these, children with Autism Spectrum Disorder (ASD). School plays a fundamental role in the lives of children with ASD, as it does for any other child, as it is in this environment that interactions between children of the same age occur. School is, after the family, the first place for children to be most socialized, it is where the first challenges occur so that



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

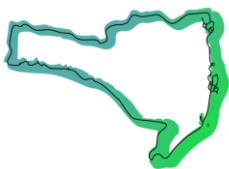


students can get to know themselves and learn from others. This work is related to the research project for the preparation of the Master's dissertation in Education in the Stricto Sensu Postgraduate Program in Education – PPGE at the Community University of the Chapecó Region – Unochapecó. The study is part of the Diversity, interculturality and inclusive education Research Line and the Diversity, inclusive education and educational practices Research Group. Its theme is “The child with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the perception of elementary school classmates”. From this theme the following research problem arises: How are children with Autism Spectrum Disorder (ASD) included in elementary school perceived by their classmates? The general objective of the research is to analyze how children with Autism Spectrum Disorder (ASD) included in elementary school are perceived by their classmates. The following specific objectives derive from the general objective: deepen understanding of the specificities of children with Autism Spectrum Disorder – ASD; identify how the relationship between students happens in classes that include children with Autism Spectrum Disorder (ASD); analyze what colleagues say/express when interacting at school with children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The research has a qualitative approach. It will analyze empirical material generated in the relationship between children with Autism Spectrum Disorder (ASD) and their school classmates. Empirical materialities will be generated through observations and Conversation Rounds, following a pre-established script. Materialities will be analyzed through the analysis of practices inspired by Foucauldian references, from a post-structuralist perspective. The research participants will be children with ASD and their classmates, enrolled in elementary school classes at a state school in the city of Seara (SC). As Meyer and Paraíso (2014, p. 28) highlight, “research has the role of taking us out of the paralysis of what has already been meant, filling us with the desire to move, find a way out, establish another way of thinking, researching, writing, signify and disseminate education”. Researching inclusion processes does not just refer to people who have a disability, it goes much further, it refers to all types of differences that can be found in society. Including means providing opportunities for effective participation in a given group, environment, school or classroom. Thus, inclusion is considered a human right and is part of the school scenario. However, according to Veiga-Neto and Lopes (2007), inclusion policies, as they are being formulated and implemented in Brazil, seem to ignore the difference. These policies consider difference as diversity, thus defending the inclusion of the different, but understand this different as “an exotic, a bearer of something that others, normal, do not have” (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 949). In this way, these policies may be contributing to an inclusion that excludes more than it includes. Thus, “they reinforce the notions of normality and abnormality, of proliferating and disseminating norms and related specialized knowledge, and even of generating exclusion” (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 949). Veiga-Neto and Lopes (2007, p. 955-956), supported by Foucauldian notions, emphasize that “[...] someone who is capable of conforming to the model is said to be normal and, conversely, abnormal is someone who does not fit the model.” Thus, society establishes its own norms and ways of living and everything that fits within what is established is said to be normal and anything that does not fit is said to be abnormal. In the same way, the school also establishes models, through fixed and common curricula, established rules and expected standards. Teachers are called upon to follow official documents to prepare their plans, and students are evaluated using numerical indices that express in grades how much each one has learned. Thus, those who can achieve the proposed objectives are said to be normal, and those who need special attention, curricular flexibility or individualized assistance are said to be abnormal.

KEY WORDS: Inclusion. Autistic Spectrum Disorder. Elementary School.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um dos temas amplamente discutidos no cenário contemporâneo da educação no Brasil. É um tema recente e complexo que desencadeia um conjunto de variáveis sociais e culturais, e oportuniza problematizar questões que poderiam não receber a devida importância (Veiga-Neto;



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Lopes, 2007). Trata-se de um processo constituído por práticas diárias que constroem e buscam um propósito maior. Contudo, a sociedade cria normas e considera normal o que se encaixa nestas normas, tudo o que se distancia da norma é visto como anormal, ou seja, é como se precisasse ser diagnosticado e corrigido.

Assim, percebemos na escola que o estudante que apresenta um comportamento diferenciado do que a escola instituiu como padrão é alvo de suspeita e passa a ser investigado e criada a necessidade da legitimação da anormalidade, frequentemente materializada em laudos médicos que registrem o diagnóstico, a explicação para tais comportamentos.

A perspectiva clínica ou da correção e normalização dos sujeitos ainda é muito presente na esfera da educação. A educação de pessoas com deficiência no Brasil tem suas primeiras ações de institucionalização entre os anos de 1854 e 1857 com a criação de instituições para pessoas cegas e surdas. Essas primeiras instituições tinham o objetivo de isolar pessoas com deficiência da sociedade em locais onde permaneciam cegos, surdos e “loucos⁴”. Essas pessoas ficavam nesses locais por um determinado período ou por toda a vida.

As primeiras instituições isolaram as pessoas com deficiência da sociedade, o que atualmente rende muitas críticas, mas naquela época, segregar aqueles sujeitos, era naturalizado. Porém, apesar de suas fragilidades, tais instituições também representaram o direito à vida, à assistência e à instrução para muitas pessoas que até então eram mantidas dentro de casa, escondidas de tudo e de todos e, em caso de desordem, eram enviadas para prisões (Lobo, 2017).

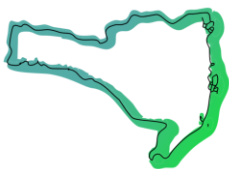
Segundo Thoma e Kraemer (2017), o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência na história brasileira é apresentado em três contextos: a inclusão como reclusão, a inclusão como integração e a inclusão como um direito e imperativo de Estado. Percebe-se, assim, um avanço significativo e importante neste aspecto pois representa direitos garantidos por lei e pensados para as pessoas com deficiência. Porém, sabemos que ainda há muito para avançar e conquistar.

A inclusão como reclusão compreende os acontecimentos em que as pessoas com deficiências permaneciam isoladas da sociedade, trancadas dentro das casas. A inclusão como integração pressupõe a deficiência como intrínseca à pessoa, a quem cabe se adequar ao contexto existente, pensado para a maioria. Por sua vez, a inclusão como um direito define que as estruturas devem ser adaptadas com o objetivo de atender às necessidades de todos os estudantes, seguindo a legislação vigente.

A educação inclusiva é um desafio que permeia o dia a dia da sociedade. É importante lembrar que quando se fala em educação inclusiva não se fala somente em pessoas que apresentam alguma deficiência, mas toda a população. Dessa forma, pode-se considerar aspectos como a cor da pele, a orientação sexual, a diversidade religiosa, a forma de pensar sobre determinado assunto, a etnia, enfim, isso significa dizer que somos todos diferentes e isso se torna ainda mais evidente quando essas diferenças se encontram reunidas em um espaço comum como, por exemplo, a escola, ou ainda mais específico, a sala de aula.

Considerando um recorte da educação inclusiva, temos a educação especial, que nos mostra que temos na escola pessoas cegas, surdas, com deficiência física, deficiência intelectual, pessoas com altas habilidades, com Transtorno do Espectro Autista, entre outras especificidades. Assim sendo, torna-se necessário um olhar atento e inclusivo, de forma a tornar a convivência com essas pessoas, algo natural, sem preconceito e discriminação. E, por outro lado, assegurar o atendimento diferenciado que algumas pessoas necessitam.

⁴ Dreyfus e Rabinow (1995, p. 4) explicam o termo “loucos” assim: O louco começou a aparecer como uma figura cultural de grande importância, substituindo a morte, enquanto objetivava a profunda e universal preocupação com a ordem e seu significado. Inicialmente apareceu como parte de um grupo maior de diversos tipos reunidos indiferenciadamente: o imbecil, o tolo, o bêbado, o devasso, o criminoso, o apaixonado.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, publicada em 2008, tem por objetivo garantir às pessoas com deficiência o acesso às escolas, de forma que todos façam parte de uma mesma escola, com os mesmos direitos, aprendendo, estudando e participando (Pieczkowski, 2019).

Percebemos então, que no espaço de educação formal, nas salas de aula, também temos estudantes com diversas deficiências, tornando desafiador o trabalho dos professores, gestores e demais funcionários das escolas, a fim de garantir o acolhimento, o bem estar e aprendizagem de todos. A presença de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar tem aumentado nos últimos anos, assim como o número de diagnósticos.

Os sinais observados pelas famílias, logo no início do desenvolvimento da criança, bem como as habilidades desenvolvidas na escola, muitas vezes não se “encaixam” em um “padrão de desenvolvimento” esperado para aquela idade cronológica. Logo, surge uma preocupação por parte dos pais, que buscam avaliações clínicas, frequentemente com vários profissionais que diagnosticam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Muitas crianças com TEA estão incluídas nas turmas regulares da escola, como todas as crianças que apresentam outras especificidades a exemplo, da síndrome de Down, do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), da deficiência intelectual, dentre outras.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM – V (APA, 2014), as crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam algumas características específicas como: dificuldade relacionada à comunicação e interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades de foco, essas características geralmente são percebidas desde a infância. O autismo é compreendido como um espectro, ou seja, pessoas com TEA apresentam certas dificuldades, mais ou menos intensas, que são variáveis de pessoa para pessoa. Essas características envolvem a parte da comunicação, a coordenação motora, o brincar/abstração e a parte sensorial.

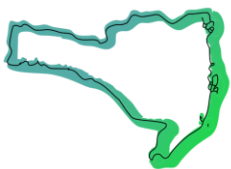
No DSM – V consta que:

Em crianças pequenas com transtorno do espectro autista, a ausência de capacidades sociais e comunicacionais pode ser um impedimento à aprendizagem, especialmente à aprendizagem por meio da interação social ou em contextos com seus colegas. Em casa, a insistência em rotinas e a aversão à mudança, bem como sensibilidades sensoriais, podem interferir na alimentação e no sono e tornar os cuidados de rotina extremamente difíceis (p. ex., cortes de cabelo, cuidados dentários). As capacidades adaptativas costumam estar abaixo do QI medido. Dificuldades extremas para planejar, organizar e enfrentar a mudança causam impacto negativo no sucesso acadêmico, mesmo para estudantes com inteligência acima da média. Na vida adulta, esses indivíduos podem ter dificuldades de estabelecer sua independência devido à rigidez e à dificuldade contínuas com o novo (APA, 2014, p. 57).

Ao longo da história, o Transtorno do Espectro Autista foi abordado sob diferentes perspectivas: a biológica, a médica e mais recentemente a perspectiva social da neurodiversidade. A perspectiva biológica explica que as características são hereditárias, passam de pais para filhos, assim também seria a explicação para as deficiências, estariam prescritas nos genes que formam o material genético dos indivíduos.

De acordo com Felisbino (2022, p. 21) na perspectiva médica existe uma forte associação entre deficiência e doença. “Essa perspectiva entende que a pessoa com deficiência deve ser alvo de cuidados médicos, submetida a tratamentos e procedimentos que estão sob o poder e escolha de profissionais da saúde e que tem como objetivo a reabilitação, a cura”.

A partir de outra perspectiva, Ortega (2009) nos traz a existência de um movimento mais recente, que trabalha com a ideia de que o autismo não é uma doença que deve ser tratada e curada,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



mas sim, deve ser entendido como uma diferença humana, que deve ser respeitada como qualquer outra diferença de raça ou de cor, por exemplo.

Segundo o autor, o movimento da neurodiversidade surge a partir de reflexões sobre a deficiência, propostas por pesquisadores com deficiência, ou seja, são as próprias pessoas que tem a deficiência que buscam explicá-la de uma outra maneira, com posicionamento crítico em relação aos discursos dos especialistas da área da saúde.

Ortega (2009, p. 68) afirma que, “basicamente, o modelo social da deficiência surge como alternativa ao modelo hegemônico médico-individual com sua ênfase no diagnóstico e que constrói o indivíduo deficiente como sujeito dependente”.

Ocorre assim, conforme Ortega (2009), a relação de uma característica biológica e uma construção social. Explicando de outra forma, podemos dizer que temos uma lesão, que é o transtorno propriamente dito e temos a deficiência, que é a forma como a lesão é vista pela sociedade. Na perspectiva médica, o sujeito é compreendido como alguém inadequado, a ser corrigido.

Como destaca Skliar (1999, p. 19) “os sujeitos são homogeneizados, infantilizados e, ao mesmo tempo naturalizados, valendo-se de representações sobre aquilo que está faltando em seus corpos, em suas mentes e em sua linguagem”. Contudo, para os teóricos do modelo social “só existem atributos ou características do indivíduo considerados problemáticos ou desvantajosos em si por vivermos em um ambiente social que considera esses atributos como desvantajosos” (Ortega, 2009, p. 68). Para o autor, os ambientes não estão adequados para todas as pessoas e essas características acentuam a deficiência.

O processo de inclusão nem sempre é tarefa fácil, e muitas vezes são necessárias estratégias de apoio. No caso das crianças com TEA a legislação garante o direito ao acompanhamento de um segundo professor de turma, o qual pode auxiliar no trabalho pedagógico e de inclusão social da criança na classe.

No âmbito nacional é possível destacar a Lei 12.764 /2012 e no âmbito estadual a Resolução nº 100/CEE/2016. No caso de estudantes com TEA o processo de inclusão impõe desafios principalmente porque uma das características recorrentes do autismo é a irritabilidade com os ruídos, e em uma sala de aula com aproximadamente trinta estudantes é inevitável o barulho.

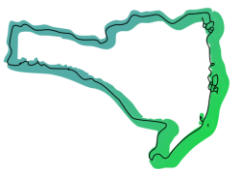
O imperativo da inclusão aproximou a escola aos saberes da clínica, a partir da inserção de estudantes que frequentavam instituições ou classes de educação especial no ensino regular. Analisar os efeitos dessas relações sobre os modos de escolarização constitui o objetivo desta pesquisa. Para isso, ampara-se no campo dos estudos foucaultianos, considerando o conceito de normalização.

Nesse sentido, Veiga-Neto (2004), ao caracterizar a norma e seus efeitos nas instituições, cita que:

A norma é o elemento que, ao mesmo tempo em que individualiza, remete ao conjunto dos indivíduos; por isso, ela permite a comparação entre indivíduos. Nesse processo de individualizar e, ao mesmo tempo, remeter ao conjunto, dão-se as comparações horizontais - entre os elementos individuais - e verticais - entre cada elemento e o conjunto. E, ao se fazer isso, chama-se de anormal aquele cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. (Veiga-Neto, 2004, p. 90).

Dentre as Diretrizes da Política para os serviços especializados em educação especial na rede estadual de ensino está prevista a disponibilidade do segundo professor de turma, cuja atribuição assim se apresenta:

[...] oferece suporte e acompanhamento, nas classes regulares, ao processo de escolarização de estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista e/ou deficiência múltipla, que apresentem comprometimento significativo nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica. Esse professor



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



atenderá também estudantes com deficiência física, matriculados nesse espaço, os quais apresentem sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática (Santa Catarina, 2018, p. 41).

O terceiro tópico da Política de Educação Especial de Santa Catarina (2018) destaca o que denomina de *inovações*, estabelecendo um parâmetro entre a Política de Educação Especial do Estado implantada em 2009 e a Resolução nº 100/2016/CEE (Santa Catarina, 2016), em vigor. Consta que nesta Resolução, outras inovações foram incorporadas, a saber:

[...] responsabilização de equipes multiprofissionais pela recomendação (por meio de laudos clínicos) da matrícula e do atendimento de estudantes da Educação Especial com necessidades de apoios pervasivos, exclusivamente nas instituições especializadas. Esse encaminhamento, por orientação Ministério Público Estadual, suplantou a opção anteriormente delegada às famílias (Santa Catarina, 2018, p. 26).

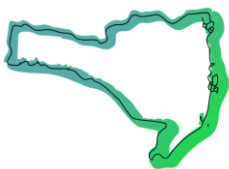
Sobre a relação do clínico com o pedagógico, no livro *O Nascimento da clínica*, Foucault (2017) elabora uma arqueologia do olhar médico e explora as convergências que constituíram as formações discursivas na modernidade, no limiar dos séculos XVIII e XIX. Para o autor, a racionalidade médica tal como a conhecemos hoje emergiu naquele momento histórico. Nesse sentido, Branco (2021, p. 103) afirma que

O método clínico se valeria da descrição detalhada daquilo que o exame médico vê, partindo da lógica ingênua de que ver e dizer é conhecer. A morte era abordada na constituição do método clínico principalmente por meio da anatomia patológica de Javier Bichat, em que a dissecação dos cadáveres viria a fundamentar o conhecimento anatômico das doenças e o funcionamento do corpo vivo. Foucault não deixa de perceber este paradoxo, que é conhecer a vida, por meio da morte.

Felisbino (2022) também faz essa relação da perspectiva médica e a educação, destaca que esse modelo tem influência direta na escolarização de pessoas com deficiência, em que as dificuldades encontradas por esses sujeitos são entendidas como consequência natural da diferença que seus corpos ou seus cérebros apresentam. Assim, “as dificuldades que pessoas com autismo, surdez, cegueira e outras diferenças funcionais encontram no ambiente escolar são vistas como consequência de suas condições e não como resultado de barreiras historicamente impostas e aceitas por modelos educacionais de ensino” (Felisbino, 2022, p. 22).

Incluir não é tarefa fácil, é necessário determinação, ética, flexibilidade, muitas tentativas que podem ser frustradas, mudanças de estratégias e de modo de trabalho e a sensibilidade para o reconhecimento da diferença, empenho, dedicação e empatia por parte dos envolvidos. Sendo assim, o presente projeto de pesquisa abordará a percepção dos colegas em relação à criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) presente na turma do ensino fundamental, buscando entender como acontece o processo de inclusão e interação no ambiente escolar a partir da visão das crianças.

O tema aqui discutido contribui para a consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Qualidade da educação, especialmente o item: 4.5 “Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade” (Brasil, 2023). Contribui, também para a consolidação do ODS 10 - Redução das desigualdades, especialmente o item 10.2 – “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (Brasil, 2023).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa. Analisará materialidades empíricas geradas na relação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus colegas de turma escolar. Na pesquisa qualitativa, geralmente os conceitos são imensuráveis, e ela se desenvolve a partir de fatos, ideias ou opiniões. Está muito relacionada com a forma como as pessoas compreendem e interpretam o mundo e os fenômenos sociais como interações e comportamentos (Soares; Fonseca, 2019).

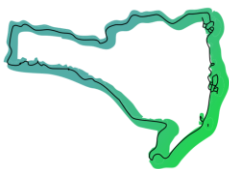
As materialidades empíricas serão geradas por meio de observações e *Rodas de Conversa*, seguindo um roteiro pré-estabelecido. Bartelmebs (2013) cita que “observar é poder ver e compreender uma situação, é tirar o máximo de abstrações possíveis de um fato ou de uma resposta dada por um sujeito de pesquisa”. O pesquisador que usa esta metodologia de pesquisa precisa ter claro qual é o seu objeto de pesquisa, quais são seus objetivos, quais são suas questões de pesquisa a serem respondidas e o que deseja observar naquele contexto.

Lüdke e André (1986) destacam que se o pesquisador tem claramente definido o foco da investigação e sua configuração no tempo e no espaço, ficam evidentes quais aspectos do problema serão cobertos pela observação e também qual a melhor forma de captá-los. As autoras destacam que mesmo que dois pesquisadores estejam no mesmo local, ao mesmo tempo e com os mesmos objetivos, ainda assim irão encontrar elementos diferentes para suas observações. Isso acontece porque o que cada pessoa ‘enxerga’ depende muito da sua história pessoal e da sua bagagem cultural. Em outras palavras, o tipo de formação de cada pessoa, os grupos sociais em que convive e suas aptidões definem um olhar em uma direção ou em outra.

Assim, torna-se importante que a observação venha acompanhada de um roteiro com tópicos a serem observados e registrados. Esse documento auxiliará na geração de materialidades importantes para análise posterior dos aspectos observados. A vantagem deste método é a aproximação com o contexto de forma não invasiva, permite um conhecimento antecipado do ambiente de pesquisa, possibilita a elaboração de questões que nos façam olhar de forma crítica em busca das repostas que nos propusemos a responder. As formas para fazer os registros das observações podem variar. Podem ser utilizados registros escritos, vídeos, fotos, entre outros elementos. O ideal é que os registros sejam feitos o quanto antes, para que não sejam perdidos detalhes, sentimentos ou interpretações do momento. De acordo com a pesquisa desenvolvida por Melo e Cruz (2014), em que investigaram a *Roda de Conversa* como uma proposta metodológica, o instrumento se mostrou eficaz para o estabelecimento de um espaço de diálogo e interação entre professores e estudantes. “Mas, mais que uma técnica de pesquisa, as *Rodas de Conversa* abriram espaço para que os sujeitos da escola estabelecessem um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro no cotidiano escolar” (Melo; Cruz, 2014, p. 32).

Assim, essa proposta metodológica se apresenta de forma adequada à esta pesquisa, uma vez que buscamos analisar as percepções dos colegas de turma em relação à criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que faz parte da sua convivência em sala de aula. Pinheiro (2020) também utilizou o método de *Rodas de Conversa* em sua pesquisa. As *Rodas de Conversa* se caracterizam por permitir que os participantes expressem, ao mesmo tempo, suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto. Também permitem trabalhar de forma reflexiva as manifestações que vão surgindo ao longo do diálogo (Melo; Cruz, 2014).

De acordo com Pinheiro (2020, p. 2), “a proposição de *Rodas de Conversa* tem sido um dos modos de consubstanciar dialogicamente intentos educativos e sistematização de informações desde uma dinâmica que, potencialmente, estabelece condições para a produção de saberes e reflexividades em partilha”. Então, essa forma de trabalho busca unir propósitos que dialogam acerca da educação, buscando momentos de conhecimento, reflexões e compartilhamento de vivências. As materialidades geradas serão analisadas por meio da análise de práticas inspirada nos referenciais foucaultianos, na perspectiva pós-estruturalista.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Pieczkowski (2020, p. 87), destaca que Foucault “não escreveu diretamente para o campo da Educação, contudo seu impacto no pensamento educacional é intenso”. Suas obras causam inquietações e desconfortos por questionar os discursos totalizantes das Ciências Sociais. De acordo com a autora, Foucault nos desafia a desnaturalizar o que está dado, suspeitar de verdades inquestionáveis, olhar de outras janelas ou por outras lentes.

Fischer (2003, p. 385) ressalta que o autor tem potencial de revolucionar as pesquisas em educação na medida em que seus conceitos tornam-se “ferramentas efetivamente produtivas na construção de nossos objetos de investigação, em direção a pesquisas que privilegiem o estudo cada vez mais cuidadoso de práticas educacionais, de práticas didático-pedagógicas, de políticas públicas”.

Marín-Díaz e Noguera-Ramírez (2017), inspiradas em Foucault, mencionam que a prática pedagógica é uma problematização contemporânea complexa, porque nela se articulam três dimensões fundamentais a saber: 1. As formas de um saber possível; 2. As matrizes normativas dos comportamentos para os indivíduos e 3. Os modos virtuais de existência para os sujeitos possíveis. Essas dimensões são o resultado histórico de como a prática se apresenta na educação, representam as diferentes formas de pensamento, os modos de vida e podem se constituir em campos de análises. É por meio da prática que um indivíduo se torna sujeito da prática e ocupa determinado lugar nas relações das quais faz parte.

Assim, analisar práticas envolve reconhecer esses sujeitos em construção, que expressam seus saberes, manifestam suas opiniões e pensamentos, atendem às normas e regras estabelecidas em cada local de convivência ou não atendem, reconhecem ou não reconhecem as diferenças observadas em seu grupo social e assim transformam o mundo com suas atitudes.

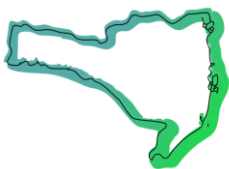
Os sujeitos da pesquisa serão as crianças com TEA e os seus colegas, matriculados em turmas do ensino fundamental em uma escola da rede estadual do município de Seara (SC). A escola está localizada em um dos bairros do município, atende aproximadamente 730 estudantes, 28 turmas e 55 professores nos três turnos de trabalho: matutino, vespertino e noturno. Esta escola recebe estudantes do perímetro urbano e rural e atende, atualmente, sete estudantes com TEA, sendo: um estudante no ensino médio e seis estudantes no ensino fundamental.

A opção definida para o estudo foi pelos estudantes do ensino fundamental pelo fato de que o objetivo é analisar a percepção das ‘crianças’ em relação aos colegas. No total, serão 137 estudantes que poderão participar da pesquisa, é importante lembrar que este é um número aproximado, uma vez que todos os dias ocorrem entradas e saídas de estudantes na escola. Para participar do estudo os estudantes devem atender aos critérios de inclusão que envolvem: ser estudante do ensino fundamental da escola definida para o estudo; estar matriculado em uma das turmas em que também esteja matriculado um estudante com TEA; aceitar participar da pesquisa; e apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos pais autorizando a participação na pesquisa e para gravação de áudio e vídeo.

O processo de inclusão das crianças e adolescentes com deficiências é amplo e complexo, envolve toda a comunidade escolar. Para Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 126), podemos entender inclusão como “um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro”, o que justifica o desenvolvimento desta pesquisa.

RESULTADOS

A pesquisa está em sua fase de observações e realização de *Rodas de Conversa*, portanto, este item encontra-se em construção e ainda não temos resultados substanciais. De acordo com as buscas realizadas em bases de dados não encontramos muitos trabalhos que tratam sobre o assunto, especificamente. Foram localizadas publicações que relatam a visão dos professores e gestores e também outros trabalhos que relatam a visão dos pais dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista sobre o processo de inclusão na escola. Assim, trata-se de uma abordagem diferenciada, uma



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



vez que a proposta é investigar a visão dos estudantes, colegas de turma do estudante com TEA e analisar de que maneira o colega “diferente” é percebido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa é que os resultados da pesquisa possam contribuir com a elaboração de propostas de inclusão na escola investigada e no contexto ampliado, ou seja, no município onde a investigação acontecerá. A importância do estudo se justifica pela relevância social, uma vez que o estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está presente na escola. Entender como os colegas de turma percebem este estudante auxilia no processo de inclusão e pode facilitar o entendimento acerca dos comportamentos e atitudes observados em sala de aula. A pesquisa tem relevância científica, pois a pretensão é investigar algo inédito no contexto proposto e possibilitar novos saberes. Esperamos contribuir para o avanço da ciência e entender de que forma o processo da educação inclusiva acontece e como pode ser potencializado.

Referências.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992p.

BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. A observação na pesquisa em educação: planejamento e execução. **Metodologias de Estudos e Pesquisas em Educação III**. Rio Grande, 2013. Disponível em: http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1454/1/Texto_observacao.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

BRANCO, Rosele. **Medicina e Saúde em O Nascimento da Clínica de Michel Foucault**. Sapere aude, vol. 12 – n. 23, p. 102-113. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/26139/18404>. Acesso em 10 set. 2023.

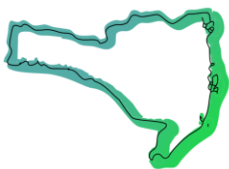
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI/MEC**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Nações Unidas. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

FELISBINO, Cláudia. **Políticas públicas brasileiras para o autismo: entre a patologização da diferença e a correção comportamental**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó, SC, 2022.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona as pesquisas em educação? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9717/8984>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 7.ed. (4ª tiragem). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

LOBO, Lilia Ferreira. Dos processos de institucionalização da educação de pessoas com deficiência. In: THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **Educação de pessoas com deficiência no Brasil**: políticas e práticas de governo. 1. Ed. Curitiba: Apris, 2017. p. 23-35.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia; NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. Saberes, normas e sujeitos: questões sobre a prática pedagógica. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 66, p. 37-56, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53866/33971>. Acesso em: 09 jul. 2023.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Revista Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22222>. Acesso em 20 abr. 2023.

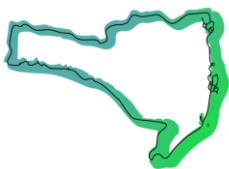
MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 310 p.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência e Saúde Coletânea**, n. 14, p. 67-77, jan.-fev. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxxyfF3CXSLwTcprwC/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Pesquisa em educação, o projeto e os caminhos metodológicos: um recorte para a pesquisa pós-estruturalista e a análise do discurso na perspectiva foucaultiana. In: PETRY, Oto João (organizador); BARLETA, Ilma de Andrade (organizadora); SCHERMA, Camila Caracelli (organizadora). **Abordagens teórico-metodológicas de pesquisa em educação**: trilhando caminhos. Curitiba: CRV: 2020. p. 81-95.

PIECZKOWSKI, Tania. Mara. Zancanaro. Mediação pedagógica na relação com universitários com deficiência. v. 44. **Educação**, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao> Acesso em: 29 jun. 2020. ISSN: 1984 doi.org/10.5902/1984644428452. p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/28452>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PINHEIRO, Leandro Rogério. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 31. p. 1-30. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/jxjffR8ZtfFkHnJ36CX6mFp/?lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2023.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



SANTA CATARINA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE/SC nº 100, de 13 de dezembro de 2016.** Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20100_%202016_atualizado2020%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20100_%202016_atualizado2020%20(1).pdf). Acesso em: 28 jul. 2023.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Política de educação especial** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Caderno%20-%20Pol%C3%ADtica%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20-%20NEESP%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Caderno%20-%20Pol%C3%ADtica%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20-%20NEESP%20(7).pdf). Acesso em: 27 jul. 2023.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: FACE/UFRGS, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

SOARES, Simaria de Jesus; FONSECA, Valter Machado da. Pesquisa científica: uma abordagem sobre a complementaridade do método qualitativo. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 3, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2019v21n3p865-881>. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3363/3503>. Acesso em: 08 ago. 2023.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Gracieli Marjana (Orgs). (2017). **A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo**. 1 ed. Curitiba: Appris.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CdwxsTyRncJRf8nmrhmYjsg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 jul. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Revista Verve**, n. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>. Acesso em: 22 mai. 2023.

AGRADECIMENTOS: Bolsa de estudo: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - 